



XIII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/08/2019**

Aprovado em: **25/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.01.19>

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA: A PROVA BRASIL NA ÓTICA DA GOVERNAMENTALIDADE

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

KARLA DE OLIVEIRA SANTOS, LAURA CRISTINA VIEIRA PIZZI, IZABELLA DA SILVA VIEIRA

A Prova Brasil foi criada como ferramenta para medir o desempenho escolar de escolas públicas de educação básica, sendo realizada com turmas de 5º e 9º ano do ensino fundamental. Estratégias têm sido armadas para que o professor se apodere dos conhecimentos relacionados à esta avaliação em larga escala e assim possa preparar os alunos para o exame. Essa forma de controle governamental, ao ser aliada aos PCN, reforça os objetivos, os saberes e as práticas estabelecidas no âmbito oficial do governo, atuando como práticas normalizadoras e controladoras dos saberes docentes, diminuindo significativamente seu grau de autonomia profissional e simplificando os saberes transmitidos aos estudantes, na direção oposta à qualidade defendida nos discursos governamentais oficiais. Por isso optamos pelo conceito de governamentalidade de Michel Foucault para melhor discutir esta problemática.

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA: A PROVA BRASIL NA ÓTICA DA GOVERNAMENTALIDADE

LARGE-SCALE EDUCATIONAL ASSESSMENT POLICIES: THE PROVA BRASIL FROM THE POINT OF VIEW OF GOVERNAMENTALITY

POLÍTICAS DE EVALUACIÓN EDUCATIVA EN GRAN ESCALA: LA PRUEBA BRASIL EN EL PUNTO DE VISTA DE LA GOVERNAMENTALIDAD

Eixo Temático: Educação e Políticas Públicas

RESUMO

A Prova Brasil foi criada como ferramenta para medir o desempenho escolar de escolas públicas de educação básica, sendo realizada com turmas de 5º e 9º ano do ensino fundamental. Estratégias têm sido armadas para que o professor se apodere dos conhecimentos relacionados a esta avaliação em larga escala e assim possa preparar os alunos para o exame. Essa forma de controle governamental, ao ser aliada aos PCN, reforça os objetivos, os saberes e as práticas estabelecidas no âmbito oficial do governo, atuando como práticas normalizadoras e controladoras dos saberes docentes, diminuindo significativamente seu grau de autonomia profissional e simplificando os saberes transmitidos aos estudantes, na direção oposta à qualidade defendida nos discursos governamentais oficiais. Por isso optamos pelo conceito de governamentalidade de Michel Foucault para melhor discutir esta problemática.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Avaliação. Prova Brasil. Governamentalidade. Controle.

ABSTRACT

The Prova Brasil was created as a tool to measure the performance of public schools of basic education, being held with classes of 5th and 9th grade of elementary school. Strategies have been devised for the teacher to take advantage of the knowledge related to this large-scale assessment and thus prepare students for the exam. This form of government control, when combined with PCN, reinforces the objectives, knowledge and practices established within the official government, acting as normalizing and controlling practices of teaching knowledge, significantly reducing their degree of professional autonomy and simplifying the knowledge transmitted to students in the opposite direction to the quality advocated in official government discourses. That is why we choose Michael Foucault's concept of governmentality to better discuss this problem.

Key-words: Educational Policy. Evaluation. Prova Brasil. Governmentality. Control.

RESUMEN

La prueba Brasil fue creada como una herramienta para medir el desempeño escolar de las escuelas primarias públicas, siendo realizada con clases de 5º y 9º grado de la educación primaria. Se han armado estrategias para que el profesor se encargue de los conocimientos relacionados con esta evaluación en gran escala y así pueda preparar a los estudiantes para el examen. Esa forma de control gubernamental, cuando se alió a los PCN, refuerza los objetivos, los conocimientos y las prácticas

establecidas en la esfera oficial del gobierno, actuando como prácticas estándar y control de conocimiento de los maestros, disminuyendo significativamente su grado de autonomía profesional y la simplificación de los conocimientos transmitidos a los estudiantes, en la dirección opuesta a la calidad defendida en los discursos gubernamentales oficiales. Por eso que elegimos el concepto de gubernamentalidad de Michel Foucault para discutir mejor esta problemática.

Palabras- clave: Políticas educativas. Evaluación. Prueba Brasil. Gubernamentalidad. Control.

Sobre o conceito de Governamentalidade em Michel Foucault e a educação.

Os anos 1980 no Brasil foram marcados pela reabertura democrática, substituindo o regime de Ditadura Militar. Neste período o país também enfrentou uma intensa crise econômica, crescimento da inflação e consequente aumento das desigualdades sociais, que por sua vez representava um entrave do ponto de vista neoliberal para o crescimento do país. Sem condições de financiar suas dívidas o governo brasileiro recorreu ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, que em contrapartida exigiram uma série de reformas no âmbito econômico, político e institucionais.

Dentro deste pacote de mudanças exigido pelos organismos internacionais a educação foi tratada na ótica da teoria do capital humano capitalista, como elemento de desenvolvimento econômico. Sob o argumento de fracasso da escola pública, esses organismos internacionais justificam a necessidade de fornecer a agenda de mudança para a educação, e assim, foram implementadas várias políticas no campo educacional. Para se expandir os sistemas de ensino foram desenvolvidas novas estratégias de gestão e de financiamento. O discurso das competências teve forte impacto na política curricular e se desdobrou em mudanças na política de avaliação, atingindo também a formação de professores. Vale destacar que houve inicialmente uma concentração nas políticas direcionadas ao Ensino Fundamental.

Nesse sentido, foi elaborada uma agenda de compromissos com a educação como uma decorrência “natural” das mudanças econômicas. Nessa agenda foi defendida a necessidade de estabelecer também metas avaliativas dos seus resultados. De acordo com Ferreira “a política de descentralização criou a necessidade de controle dos resultados, medida adotada com a institucionalização do sistema de avaliação em larga escala” (Ferreira, 2009, p. 257). Utilizando como argumento a necessidade de medir o grau de sucesso (ou fracasso) da educação no país, e ainda para servir como orientador de políticas que busquem a qualidade da educação escolar, o governo federal criou um instrumento avaliativo que tem o papel de verificar a aprendizagem dos/as alunos/as na educação básica, a Prova Brasil.

As reformas atuais tem se caracterizado por práticas globais que tem como objetivo mudanças nos padrões de regulação social. Tanto as reformas quanto as políticas educacionais estão relacionadas à gestão dos indivíduos. “Para isso, estabelecem uma série de regulamentações, mobilizam discursos e tecnologias (como o currículo, a didática, modalidades de organização e gestão escolar etc.), tornando a alma e as capacidades humanas objetos de disputa e governo” (Garcia, 2010, p.446). Daí a necessidade tomar o conceito de governamentalidade e das questões referentes às estratégias de controle da educação, levando em consideração a racionalidade política neoliberal que se instala em tempo atuais, para o entendimento do funcionamento da educação e, mais especificamente, da avaliação como dispositivo de controle do currículo e das práticas curriculares docentes.

A política avaliativa proposta pelo governo para todos os níveis educacionais, sobretudo, para o Ensino Fundamental, a exemplo da Prova Brasil, tem se mostrado um forte dispositivo de controle curricular, com a intenção de controlar os saberes desenvolvidos em sala de aula pelos professores. Os processos de avaliação a que os alunos são submetidos, e que avaliam também o desempenho dos professores e das escolas, indicam que essa forma de controle governamental, e, ao serem aliados aos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), reforça os objetivos, os saberes e as práticas estabelecidas no âmbito oficial do governo, atuando como práticas normalizadoras e controladores dos docentes.

Desta forma, lançamos a seguinte problemática: Como o professor sente a ingerência do governo a partir do discurso da Prova Brasil no seu currículo? Esta pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira, a partir da implantação da Prova Brasil, o currículo oficial (PCN) tem se tornado o modelo predominante. Dessa forma tem também controlado e padronizado a prática curricular docente.

A noção de governamentalidade desenha-se claramente nos estudos de Michel Foucault, no seu curso no Collège de France no ano de 1978, depois publicada especificamente em sua obra *Segurança, Território, População*.

Foucault (2013, p.429) elabora três afirmações sobre governamentalidade:

1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e os instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou os séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Nesse sentido, a governamentalidade é a “arte de governar” relacionada a tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens. De acordo com Temple (2013) é constituído por meio de um tripé de problematizações: soberania, disciplina e população, ou ainda, lei, disciplina e população.

A arte de governar irá se revestir cada vez mais de uma dimensão técnica, fazendo uso de um tipo de saber, a economia política, e de tecnologias próprias e adequadas à gestão desse novo campo e/ou objeto de intervenção política, a população, como campo e objeto econômico (Gadelha, 2009). Essa arte inclui o estudo do governo de si, o governo dos outros e as relações entre o governo de si e o governo dos outros, possibilitando aos indivíduos livres, controlar a si mesmo e a outras pessoas, contribuindo para a criação de indivíduos governáveis, através do controle e da norma.

O termo “governo” está associado a uma racionalidade política que centra sua atenção na “conduta da conduta” ou na previsão de um campo de possibilidades para o controle da ação dos outros (Foucault, 1990 *apud* Castro 2009) e a ação do sujeito sobre si próprio. O Estado na Modernidade tornou-se um Estado de “governo”, processo histórico que Foucault (1990 *apud* Castro 2009) chamou de a governamentalização do Estado moderno pressupondo a introdução da arte de governo entendido como a arte de bem dispor as “coisas” a fim de alcançar riqueza e progresso ao nível do Estado (Garcia, 2010, p.448). As sociedades modernas não são apenas sociedades de disciplinarização, mas também de normalização, dos indivíduos e da população (Castro, 2009).

Governar consiste em conduzir condutas e almas. Governar é governar as coisas. É uma maneira de atuar sobre um ou vários sujeitos. É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio (Foucault, 2013).

Trata-se, portanto, de analisar toda uma nova “arte de governar” que envolve não somente o exercício prático do governo, mas também as formas de pensar o governo, a razão (ou saber) que orienta essas práticas. O Estado não é analisado do ponto de vista de um ideal filosófico ou jurídico, mas como um conjunto de mecanismos, práticas, saberes e instituições voltadas para o exercício concreto do governo de uma determinada população-território (Silveira, 2015). Ele torna-se um campo de disputa pelo controle de normalização, hierarquização e classificação de saberes, que interferem nas instituições sociais, como a família, a escola, o hospital e etc.

Na medida em que o governo pode ser definido enquanto técnica de condução das condutas, a governamentalidade deve ser entendida como **regime de poder** e como um campo estratégico permeado por relações de forças, no qual se entrecruzam ao tempo em que também se articulam práticas de governo, ou de regularização e estabilização das condutas. “A governamentalidade contemporânea supõe, então, que o Estado dê conta politicamente do todo e de cada um, o que implica em estratégias macro e micro políticas” (Prado Filho, 2006, p. 82). Ou seja, que as estratégias macro de governo sejam eficientes no plano micro.

Segundo Temple (2013), é por meio desta estratégia biopolítica que no liberalismo a noção de liberdade “natural” é politicamente criada e regulamentada. A ideia do governo liberal é a noção de uma ideia de um governo dos homens, por isso administra, sobretudo, as coisas que os homens querem, pensam e desejam.

Peters, Marshall e Fitzsimons (2004) apontam que Foucault baseia suas investigações sobre o governo em três conceitos: segurança, população e governo. E ainda afirmam:

Ele sustenta que houve uma explosão do interesse na “arte de governar” no século XVI, motivada por questões diversas: o governo de si mesmo (a conduta pessoal); o governo de almas (a doutrina pastoral); e o governo de crianças (a problemática da pedagogia). Foucault diz que a problemática do governo pode ser localizada na interseção entre duas tendências opostas: centralização do Estado e uma lógica de dispersão. Essa é uma problemática que propõe questões a respeito do como do governo, ao invés de sua legitimação, e busca “articular uma espécie de racionalidade que era intrínseca à arte de governar sem subordiná-la à problemática do príncipe e de sua relação com o principado do qual é lorde e mestre” (Peters; Marshall e Fitzsimons, 2004, p. 79).

É o nascimento de táticas totalmente novas, que a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. É a população que será levada em consideração nas observações do governo, primordial para se conseguir governar de forma racional e planejada. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia” (Foucault, 2013, p. 426)”. Para Bert (2013), governar pessoas é um equilíbrio que oscila entre as técnicas que asseguram a coerção e procedimentos pelos quais o si se constrói e se modifica a si mesmo.

A governamentalidade pode ser definida como o conjunto de práticas e estratégias que os indivíduos livres utilizam para controlar ou governar a si mesmos e outras pessoas. Diz respeito a criticar, problematizar, inventar, imaginar e mudar a forma do pensável. Mas não é só isso, a governamentalidade não se limita a apenas técnicas disciplinares, mas repousa também sobre aparatos específicos de governo, de instrumentos e de dispositivos de segurança, verdadeiros instrumentos de regulação, mais importantes do que as leis do aparato jurídico e as disciplinas produzidas pelas instituições, entre elas; a escola. Dessa forma, o “controle torna-se uma prática de governo que busca, através do conhecimento das atividades das pessoas, dirigir políticas e determinar os objetivos que devem ser alcançados (e desejados) por todos os indivíduos” (Del Pino:

Vieira; Hypólito, 2009, p. 115).

No neoliberalismo a arte de governar consiste em manter a autonomia do governo diante da impossibilidade de administrar a totalidade dos processos econômicos. Para tanto, a razão do Estado cria um novo espaço de atuação que é a sociedade civil. Há ainda a necessidade de flexibilização no modo de governar os indivíduos, que devem ser regulados, pois o importante para o Estado é o exercício do poder.

O sentido discutido por Foucault do termo governamentalidade ajuda a construir as ferramentas necessárias para entender a racionalidade política neoliberal ou o novo gerencialismo, que tem se constituído como a base das reformas do Estado e dos princípios mais gerais que tem orientado as reformas educacionais na atualidade (Garcia, 2010)

Podemos observar que a gestão das políticas educacionais neoliberais no Brasil, desde a década de 1990, tem incorporado a lógica do novo gerencialismo público nas práticas de gestão dos sistemas de ensino e das escolas nas três esferas administrativas da federação. O modelo está alicerçado na busca de melhoria da qualidade na educação, entendida como objeto mensurável e quantificável em termos estatísticos e que poderá ser alcançada a partir de inovações incrementadas na organização e na gestão do trabalho na escola.

De acordo com os autores Peters, Marshall e Fitzsimons (2004, p. 89): “As verdadeiras especificações para a liberdade do indivíduo, que são proporcionadas pelas formas gerencialistas de educação, então não são nada mais do que um momento em um processo individualizante e totalizante, a governamentalidade”.

Os autores ampliam a discussão do conceito de governamentalidade e sua relação com a educação afirmando que o novo gerencialismo funciona como uma tecnologia de governança emergente e cada vez mais racionalizada e complexa, que opera em diversos níveis: o individual (do estudante autogerido e professor), a sala de aula (técnicas de gestão da sala de aula), o programa acadêmico (com a promoção explícita dos objetivos de autogestão) e a escola ou instituição educacional (instituições autogeridas).

No campo da racionalidade política, a governamentalidade deve ser analisada enquanto tecnologias de governo, que dirige a intenção de obter o máximo de resultados a custos mínimos ou previsíveis. “As racionalidades políticas modernas são formas de poder político referidas ao Estado e implicam em tecnologias de poder individualizador, que passam por regimes de verdade e conhecimento” (Garcia, 2010, p.449).

A arte de governar característica da razão de Estado envolve uma série de racionalidades específicas (como o exame, as estratégias, os cálculos, as análises) sobre a população para que o Estado esteja apto a governá-la (Temple, 2013).

Para Marshall (2011) nessa lógica, uma nova forma de racionalidade do Estado é uma exigência neoliberal. Se o Estado precisa ser fortalecido e sua capacidade e meios para ampliá-lo devem ser estabelecidos, para que isso ocorra é necessária uma forma de conhecimento político, diferente das teorias políticas sobre a natureza do Estado e sua legitimação. Torna-se necessário um certo conhecimento concreto, preciso e específico.

O conceito de governamentalidade é crucial para podermos entender como vêm se dando as articulações entre a administração estatal e as instituições educativas. Na medida em que as leis, as regulamentações, as diretrizes governamentais, as instituições educacionais, os saberes especializados voltados para a infância visam produzir determinados modos de ser, pode-se perceber como tais propósitos se conectam com uma racionalidade política que atravessa a Modernidade.

Com a governamentalidade pode-se, por exemplo, compreender melhor por que a educação escolar

tornou-se, ao mesmo tempo, objeto e objetivo centrais para o Estado moderno. E, na medida em que a escola se tornou a instituição capaz de melhor e mais vigorosamente articular a genealogia do sujeito com a genealogia do Estado, também se compreende que a escola tem um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo (Veiga-Neto; Traversini, 2009).

A ampliação da noção de governamentalidade nos permite pensar que as práticas educativas e pedagógicas se encontram vinculadas aos dispositivos de governo das populações, mas também às práticas de governo de si mesmo, daí poder-se-ia dizer que os discursos educativos e pedagógicos produzem e articulam formas políticas e formas éticas de governo (Marín, 2011).

As Políticas Públicas no Brasil e seus impactos na educação nacional.

A década de 1990 é marcada por reformas no sistema educacional brasileiro, propondo políticas que garantam a inserção e permanência de crianças no sistema público de ensino, com um nível mínimo de qualidade educacional e social. Algumas mudanças envolvem desde a organização de referenciais curriculares nacionais e a formação de professores, até investimentos financeiros para amplos programas em âmbito nacional e a nível local, destinados a cada escola de cada município do país, buscando uma maior eficiência, eficácia, efetividade, controle de qualidade e descentralização de responsabilidades.

Souza (2014) afirma que a proposta neoliberal para o Estado é marcada por uma ideia reguladora: a da privatização, baseada na defesa das competências, na eficiência da iniciativa privada e na sua superioridade em relação às ações públicas, coletivas. Para Vieira (2011) as táticas do neoliberalismo para a educação apontam para uma descentralização das responsabilidades do Estado e ao mesmo tempo, a centralização do controle da gestão, além de formas alternativas de financiamento e de responsabilização direta das instituições escolares.

Garcia (2010, p. 450) afirma que os contratos, metas, indicadores (como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e os bancos de dados que resultam dos exames nacionais, por exemplo, currículos prescritos, políticas de avaliação e auditoria garantem o governo à distância, a responsabilização individualizada dentro de metas e estratégias definidas centralmente.

Segundo Peroni (2003, p.59):

A administração pública gerencial tem, como estratégias, a definição precisa de objetivos e a autonomia do administrador para gerir recursos humanos, materiais e financeiros. Mas essa autonomia é cobrada através de resultados, verificando-se se foram ou não atingidos os objetivos propostos no contrato.

Esse modelo, portanto, vem promovendo mudanças marcadas predominantemente pelos aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos, que tendem a ignorar os diferentes contextos da realidade educacional brasileira, historicamente marcada pelas desigualdades econômicas, culturais, políticas, educacionais e sociais, favorecendo o controle social através da competitividade.

Ao analisarmos a dinâmica das políticas públicas educacionais, é possível perceber que os/as alunos/as, para as quais essas políticas são destinadas, no nosso caso em particular as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, não têm tido um reconhecimento, de um lado de sua participação ativa no processo e de outro, do seu direito à infância dentro do sistema escolar, enquanto sujeitos de direitos. Há uma resistência em reconhecer e dar visibilidade para a condição de direitos das crianças, limitando a infância ao assistencialismo. No entanto, as políticas públicas reduzem as crianças e adolescentes em mercadorias treináveis para a empregabilidade, o controle e o disciplinamento, agindo sobre a conduta e sua subjetividade, transformando o seu eu em um ser passivo, apesar de toda retórica da formação para a cidadania, presente na maioria dos documentos

oficiais.

Popkewitz (2004, p. 114) aponta que os discursos científicos da reforma escolar que circulam entre as nações e em fóruns internacionais vão além das maneiras de representar abordagens mais eficientes à escola; eles incorporam as imagens e os princípios de um cidadão que deve participar e agir dentro dos diferentes sistemas nacionais.

Ainda segundo o autor, as reformas educacionais atuais reconstituem a imagem que governa a criança. As identidades sociais coletivas e normas universais incorporadas em reformas anteriores são substituídas por imagens da identidade local, comunal e flexível. As reformas inscrevem um cidadão descentralizado que é ativo, automotivado, participativo e que busca resolver problemas, desde que alinhados aos interesses do mercado. O professor e a criança são construídos como tendo identidades múltiplas, orientados para o trabalho colaborativo, participando de uma “comunidade” local e com uma disposição flexível para a resolução de problemas, visando torna-los produtivos numa sociedade de profundas desigualdades.

Há uma ênfase em adotar um modelo de avaliação de resultados (e produtos) e conseqüentemente, desvalorizar a avaliação dos processos, como é o caso dos exames nacionais que reduzem a complexidade do processo educativo apenas ao que é mensurável. É preciso definir se a avaliação será instrumento de controle ou de desenvolvimento, de promoção do ser humano e da escola (Souza, 2009). Segundo Souza, o processo de mudança das relações entre o Estado e a sociedade e da reforma da administração pública, a avaliação vem assumindo a condição de instrumento estratégico quase sempre fundamentado nos famosos três “Es”: eficiência, eficácia e efetividade.

Arroyo (2011) argumenta que entre reduzir as crianças a mercadorias treináveis para a empregabilidade ou reconhecê-la como sujeitos de direitos há um ganho incalculável de qualidade humana e política. Ganho este, que eleva a escola a uma qualidade social, como um espaço público de garantia de direitos.

Nesse contexto, acontece uma intensificação na formulação e implementação de políticas no campo educacional, objetivando a adequação do sistema educacional brasileiro ao setor produtivo, através da inserção no mercado globalizado e pela aplicação de políticas neoliberais que tendem a aprofundar as desigualdades educacionais.

De acordo com Faria e Filgueiras (2007), amplas reformas têm sido discutidas e implementadas em uma perspectiva de ênfase na educação básica, de descentralização dos sistemas, de busca de melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e de ampliação do papel do setor privado em sua provisão.

Segundo Salermo (2009), a redefinição do papel do Estado, o qual deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços para ser o promotor e regulador desse desenvolvimento, culminou com a reforma administrativa e normativa da estrutura e financiamento do sistema educacional brasileiro, mudanças no contexto curricular, como a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e novas formas de gestão do sistema educacional e da escola.

As reformas atuais são práticas globais que visam mudanças nos padrões de regulação social e nos regimes éticos que capacitam os sujeitos para as relações sociais, como também incorporam sistemas de razão e conhecimento como práticas de inclusão e exclusão que produzem posições de sujeito, sistemas de classificações e distinções, que formam o horizonte ético do indivíduo consigo mesmo e com os outros (Garcia, 2010). Ainda segundo a autora, estas reformas direcionam e guiam o trabalho escolar e docente, estabelecendo uma série de regulamentações, mobilizam discursos e tecnologias (como o currículo, a didática, modalidades de organização e gestão escolar, etc.), tornando a alma e as capacidades humanas objetos de disputa e governo.

A escola torna-se lócus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis à uma nova dominação política que garante a governamentalidade em termos modernos, tendo um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo.

Pensando acerca destas implicações, partimos do que afirma Cervi (2013, p. 37):

Avalia-se continuamente, apresentam-se os resultados almejados, propõem-se as reformas, criam-se as leis, organizam-se formações para aprender. Espera-se que quase todos estejam na escola por um tempo cada vez maior. Nela, o que está em jogo é ocupar todo o tempo, gestar a inteligência, acreditar na democracia, na participação; acreditar que se é livre, e autônomo, consumir e estar no fluxo.

A partir do exposto, a escola vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos e as mentes das crianças.

Há um governo que observa, vigia e controla a criança, conduzindo-a para que a sua vontade não seja contrária à sociedade, almejando que cada um e todos sejam governáveis. É um governo que reconhece certa naturalidade dos comportamentos infantis, no entanto; é necessárias práticas disciplinares para alcançar o autogoverno dos indivíduos.

De acordo com Marín (2011) desenha-se desse modo, uma forma de governo que procura garantir, através das práticas educativas, o governo dos indivíduos por eles mesmos e, com isso, a autorregulação da população. Ainda segundo a autora, a educação é uma estratégia de governmentação articulada à razão de governo liberal e que, embora trabalhe com indivíduos, os indivíduos só são os instrumentos e a condição para realizar o governo da população.

Ampliando a discussão acerca do sentido de governmentação, Bujes (2008, p. 107-108) expõe o seguinte:

O governmentação, portanto, pode resultar tanto de uma ação tendente a conduzir a conduta alheia, quanto daquelas empreendidas por todos nós no sentido de conduzirmos nossas próprias condutas. Tais ações, de um sujeito sobre os outros ou sobre si mesmo, remetem à ideia de que o exercício do poder se dá pela utilização de determinadas tecnologias.

Cervi (2013) ao pensar a escola moderna e analisar os documentos oficiais das políticas públicas educacionais, afirma que o conjunto de tecnologia da governamentalidade difundiu a nova linguagem e a nova agenda para a educação, as quais se apoiam em conceitos como: liberdade, flexibilidade, competitividade, eficiência, descentralização, autonomia, democracia e gestão.

O que temos observado é uma educação liberal e despolarizada em nome de uma qualidade que está sendo a todo tempo negociada com os estudantes e os pais (comunidade escolar) para se obter desempenhos específicos de forma contratual afim de cumprir as tarefas delegadas.

Hofling (2001), afirma que numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos tornando-o competitivo frente à ordem mundial globalizada.

Temos visto a implementação de políticas públicas educacionais de base neoliberal, com novas

estruturas de responsabilização e financiamento, que controlam e regulamentam a vida da população, guiando, individualizando e normalizando, garantindo a manutenção do Estado.

No que tange a necessidade de controle da aplicação dessas políticas, tomando como justificativa a melhoria da qualidade educacional, o governo federal, através do Ministério da Educação brasileiro, tem seguido as orientações de organismos financeiros educacionais estabelecendo metas avaliativas dos seus resultados. Para Ferreira, “a política de descentralização criou a necessidade de controle dos resultados, medida adotada com a institucionalização do sistema de avaliação em larga escala” (Ferreira, 2009, p. 257). Neste trabalho analisaremos a política nacional de avaliação em larga escala denominada de **Prova Brasil** como um instrumento de controle curricular e do trabalho decente.

Avaliação em larga escala no Brasil: A prova Brasil em questão

A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala do ensino fundamental brasileiro, de caráter censitário, capaz de fornecer os resultados médios de desempenho de cada município e cada escola do território brasileiro. A primeira edição aconteceu em 2005 e atualmente examina todos/as aluno/as das turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, representando o fim da primeira etapa e da segunda etapa do ensino fundamental. A avaliação acontece a cada dois anos.

A Prova Brasil teria como objetivo avaliar habilidades nas áreas consideradas prioritárias, ou seja, a Língua Portuguesa, tendo como foco a leitura, e a Matemática, com foco na resolução de problemas. É constituída por questões de múltiplas escolhas, com quatro alternativas. As questões são classificadas com base no grau de complexidade em médias, fáceis e difíceis, considerando o raciocínio que o aluno necessita para resolvê-la. A partir dos resultados da Prova Brasil, junto com o Censo Escolar, o governo federal estabelece o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), que funciona como indicador para verificação do cumprimento das metas estabelecidas a partir do Decreto nº 6.094/2007. O decreto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com os Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade.

No Brasil o caráter das políticas de avaliação em larga escala tem assumido o caráter de definidoras de conteúdos, no caso da Prova Brasil também acabam por assumir uma função classificadora, uma vez que seus resultados podem ser calculados por escola e são amplamente divulgados, de acesso público, conseqüentemente capaz de promover a responsabilização de gestores, professores e dos próprios alunos.

Na investigação desta problemática fizemos um recorte de duas escolas públicas de Ensino Fundamental, da rede municipal de São Miguel dos Campos, município situado no interior do Estado de Alagoas. Essas escolas foram escolhidas com base no desempenho da Prova Brasil e no resultado obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), também participaram da 1ª, 2ª e da 3ª edição da Prova Brasil, respectivamente em 2005, 2007 e em 2009. Ambas estão localizadas na zona urbana e tiveram boas notas no IDEB em relação às outras escolas do mesmo município. Além disso, as duas escolas possuem número semelhante de alunos/as matriculados/as. Foram selecionados para as entrevistas especificamente os/as professores/as das turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, por serem ofertadas pelas duas escolas, sendo dois professores da escola A, e seis da escola B, totalizando um universo de oito professores.

Ao tomar como objeto de estudo a avaliação como dispositivo produtivo para a governamentalidade neoliberal, a pesquisa investiga e busca mostrar como os discursos referentes à Prova Brasil operam como via de circulação da política curricular e instrumento de controle do currículo escolar.

Nas escolas houve uma preparação do corpo docente através de cursos de formação de professores e dos alunos, via aplicação de testes simulados da Prova Brasil e acompanhamento direto da coordenação pedagógica sobre o trabalho dos descritores e distratores da Prova Brasil cujos

conteúdos orientam os testes, nos anos em que houve avaliação. É importante destacar que há permanente divulgação dos resultados dos testes na comunidade escolar, cabendo e foi observado que na escola que obteve maior nota na avaliação, havia cartazes espalhados na escola com a nota alcançada no IDEB. Essa exibição de cartazes nas escolas que obtiveram boas notas na Prova Brasil exhibe um comportamento que estimula a competitividade, uma das condutas desejáveis dessa política avaliativa. O mesmo comportamento tende a não ser observado nas escolas com notas baixas.

Em todas as entrevistas os docentes demonstraram uma inclinação aos desígnios da política nacional, sem qualquer questionamento sobre a legitimidade da imposição de saberes, da sobreposição de conteúdos e de disciplinas em relação a outros saberes, ou mesmo a falta de autonomia para lidar com as demandas locais. Os docentes têm permitido que seu trabalho seja controlado tanto em forma quanto em conteúdo. Assim, as práticas curriculares cotidianas sofrem com a crescente perda da autonomia dos professores, desenvolvendo o processo contínuo de padronização dos conhecimentos trabalhados em sala de aula e controle do trabalho docente.

Entendemos que o controle ocorre especialmente sobre a ação do currículo ao colocar conteúdos do seu campo em funcionamento e ao movimentar a avaliação destes conteúdos, voltando-se a conformação moral dos docentes.

Observamos que a política de avaliação nacional aliada à política curricular nacional têm mudado o uso do tempo escolar, os conhecimentos abordados em sala de aula, selecionando apenas aqueles conhecimentos que serão testados na Prova Brasil. Os conhecimentos relacionados às ciências, história, artes, educação física e geografia ficaram em segundo plano ou foram totalmente ignorados pelos/as docentes. Desenvolveu-se uma forma de regulação dentro do qual o/a docente é submetido à perda da autonomia. “A avaliação e seus resultados funcionam como reguladores e indicadores do processo educacional, visto que os próprios mecanismos utilizados na construção curricular já delimitam como e até aonde o professor e aluno podem e devem atuar” (Barreiros, 2002, p.4). Introduzindo moldes de submissão, que tenta fornecer determinada habilidade.

Assim a avaliação permite que o controle possa ser exercido sobre o currículo, sobre o trabalho dos professores, as crianças e as escolas que são mensuradas e categorizadas conforme desempenho. Aos docentes são ainda colocados a função de autocontrole sobre o seu trabalho, incorporam o discurso das políticas e passam eles mesmos a se cobrar por melhores resultados na avaliação. Quase todos os entrevistados atribuíram a si o resultado alcançado na Prova Brasil. A pesquisa apontou uma postura dos/as professores/as como gerentes de si mesmos, alinhando suas práticas curriculares à proposta imposta pela Prova Brasil, mediante o discurso da eficiência, no trato dos conteúdos exigidos na Prova Brasil em sala de aula.

Considerações Finais

Entendemos que a Prova Brasil, enquanto dispositivo de controle governamental tem por objetivo não apenas medir o desempenho dos estudantes, mas também o controle do trabalho docente, de sua conduta e do currículo desenvolvido por eles.

Nas sociedades contemporâneas a avaliação exerce um papel importante de controle, tanto em relação aos docentes, quanto às crianças. Sua faceta mais extraordinária é conseguir induzir os sujeitos a autorregulação, sobretudo dos professores e de seus trabalhos.

O professor vem assumindo a política avaliativa sem refletir se de fato esse procedimento vem melhorando a qualidade do ensino e de suas aulas. Toma como verdade o resultado gerado por essa avaliação, ainda que esta apresente uma concepção de avaliação problemática, na medida em que é extremamente limitadora dos saberes ensinados e empobrecedora do currículo escolar, como estratégia de homogeneização. Esses dados não podem ser considerados como indicadores de qualidade das escolas e muito menos de um sistema educacional público. A pobreza, o sucateamento,

a desqualificação e a precarização do sistema escolar público brasileiro são decorrência da própria política educacional neoliberal adotada, e não diretamente do desempenho docente.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARREIROS, Débora. As Matrizes de Referência (MCR) para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): O caráter disciplinador e a perda da autonomia... *25ª Reunião da ANPED*, GT 12, 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br/> Acesso em 30 de novembro de 2009.

BERT, Jean- François. *Pensar com Michel Foucault*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

BUJES, M. I. E. *Que infância é esta?*. Artes de Governar a Infância: Linguagem e Naturalização da Criança na Abordagem de Educação Infantil da Reggio Emilia. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 48, p. 101-123, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n48/a06n48>. Acesso em 29 de Jan. 2015.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo horizonte: autêntica Editora, 2009.

CERVI, Gicele Maria. *Política de gestão escolar na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

DEL PINO, Mauro Augusto Burket; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, Controle e Intensificação: Câmeras, Novo Gerencialismo e Práticas de Governo. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). *A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de, FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. As Políticas dos Sistemas de Avaliação da Educação Básica. In: *Políticas Públicas no Brasil*. HOCHMAN, Marta Arretche e MARQUES, Eduardo. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Políticas educativas no Brasil no tempo da crise. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n 45 set./dez. 2010.

HOFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Caderno Cedes, ano XXI, n. 55.

novembro/2001.

MARÍN, Dora. Natureza Infantil e Governamentalidade Liberal. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, pp.104-120, Jan/Jun 2011 Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/marin.pdf>. Acesso em 27 de jan. de 2015.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PERONI, Vera. *Política educacional e papel do estado: no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto Global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-Administração. In: BURBELES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: perspectivas críticas*. Tradução: Ronaldo Catoldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 77-90.

POPKEWITZ, Thomas S. A Reforma como Administração Social da Criança: a Globalização do Conhecimento e do Poder. In: BURBELES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: perspectivas críticas*. Tradução: Ronaldo Catoldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 107-125.

PRADO FILHO, Kleber. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Insular e Archiamé, 2006.

SALERMO, Soraia Chafic. *Descentralização e a gestão educacional*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

SILVEIRA, Diego Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente In: *Michel Foucault: o governo da infância*. Resende, Haroldo de (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 57- 83.

SOUZA, Lanara Guimarães de Souza. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LÔRDELO, Jac.; DAZZANI,MV(orgs.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2014.

TEMPLE, Giovana Carmo. *Acontecimento, poder e resistência em Michael Foucault*. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo, TRAVERSINI, Clarice. Apresentação – Porque Governamentalidade e Educação. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 34, n. 2 p. 1294 mai./ago. 2009.

VIEIRA, Izabella da Silva. *O Papel dos Dispositivos de Controle Curricular: Avaliando a Prova Brasil*. Maceió, AL: Programa de Pós Graduação em Educação/UFAL, 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).